



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

O Município de Nova Ponte/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.159.905/0001-74, isento de inscrição estadual, com endereço na Praça dos Três Poderes nº. 1.001 – Bairro Centro – na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais – CEP 38.160-000, através do (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, designados pelo Prefeito Municipal, através da Portaria nº. 139/2025 de 24 de março de 2025, torna público que realizará a licitação, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO, modo de disputa aberto**, em sessão pública, regida pelas cláusulas deste edital em conjunto com o Decreto Municipal 035 de 03 de março de 2023, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 01/06/2026 às 08:00

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 11/06/2026 às 08:29:59

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 11/06/2026 às 08:30

a) **Objeto:** Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tubos e conexões, para atender as necessidades do município de Nova Ponte, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas nos Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (ANEXO I e ANEXO II), parte integrante deste edital.

b) - **As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.**

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1 - DO CREDENCIAMENTO

1.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

1.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

1.4 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

1.4.1 - O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP ou Sociedade Cooperativa não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

1.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente não previsto neste Edital que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida, mediante comunicação do pregoeiro no site: www.novaponte.mg.gov.br.

2- DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

2.2 – A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

2.3 – Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.4 – Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal 14.133/2021;

2.6 – Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.7 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

2.8 - O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

Plano avulso	30 dias	90 dias	365 dias
107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

2.9 – Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.10 – Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.11 – As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.12 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

2.13 – O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.14 – O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.15 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

2.16 – Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

casos a seguir:

2.16.1 - Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, por tratar-se de serviços que não envolve múltiplas especialidades; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, empresas estrangeiras que não tenham sua sede e administração no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou suspensas nos termos da Lei Federal 14.133 de 01/04/2021;

2.16.1.1 - Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos das Leis nº.14.133/2021 e 11.101/2005. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

2.17 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.18 – Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com esta Prefeitura;

2.19 – Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

2.20 – A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

2.21 – Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.22 – Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

2.23 – Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.24 – Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.25 – O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições



de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.26 – Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**”, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO (CONFORME SOLICITA O SISTEMA)**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

3.1.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá a fase de apresentação das propostas, lances e negociação, e serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

3.2 - A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

3.3 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

3.4 - Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

3.5 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

3.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

3.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;



3.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

3.9 - O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2 - Valor total do item;

4.3 - Marca;

4.4. Descrição detalhada do Item

4.5 - As propostas preenchidas **MANUALMENTE** no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.6 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro;

4.7 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.8 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.9 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 4.1 do edital;

5.2 - O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

5.3 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

5.4 - O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

5.5 - As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

5.6 - Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

5.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de: R\$0,50 (cinquenta centavos);

5.9.1 – A aplicação do valor de redução mínima, entre os lances incidirá sobre o preço do item.

5.10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

5.11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

5.12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

5.14 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

5.15 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

5.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.17 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

5.18 - Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

5.19 - A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

5.20 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

5.21 - O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

5.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

5.23 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

5.24 - A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

5.25 - Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

5.26 - O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

5.26.1 - Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

5.26.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.26.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.26.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.26.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

5.26.6 - O disposto no item 5.26 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.27 - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

5.27.1 - Produzidos no País;



5.27.2 - Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

5.27.3 - Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 60, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021);

5.27.4 - Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

5.27.5 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.27.6 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de (02) duas horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Capítulo II, artigo 5º e do artigo 61 § 1º da Lei Federal 14.133/2021, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo VI da Lei Federal 14.133/2021;

6.1.2 – Apresentar Ficha Técnica/Catálogos, Desenhos (DWG) e demais informações, a fim de verificar a conformidade do produto objeto desta licitação.

6.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

6.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

fundamentam a suspeita;

6.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

6.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

6.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, ficha técnica, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

6.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

6.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

6.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

6.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

6.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

6.14 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

6.15 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, provisoriamente, em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

Consulta de Apenados de Impedimento de Contrato/Licitação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG (Acesse: Acesse: Informações e Serviços -> LICITAÇÕES, COMPRAS E FORNECEDORES - Fornecedores Impedidos ou pelo link: Ou acesso o link diretamente: <https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul>

7.1.1. Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sanções/consulta).

7.1.2. Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.3. Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3).

7.1.4. As consultas a que se referem os itens 7.1.1 a 6.1.3 poderão ser feitas através do portal de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

7.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

7.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo pregoeiro, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.1.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada pelo pregoeiro, em relação à habilitação jurídica, técnica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira.

7.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.1.14. Os licitantes deverão encaminhar, através do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.2 - OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

7.2.1 - Ato Constitutivo;

7.2.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

7.2.3 - Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

7.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

7.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

¹ NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

7.2.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

7.2.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

7.3 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

7.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

7.5 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

7.6 - **Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada**, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias;

7.7 - **Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual**;

7.8 - **Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa com o município da licitante**;

7.9 – **Comprovante de cadastramento mobiliário** junto ao município de Nova Ponte - Minas Gerais, somente para as licitantes com sede ou domicílio neste Município.

7.10 - DECLARAÇÕES:

7.11 – As declarações poderão ser preenchidas em campo próprio da plataforma LICITANET, referente ao certame, na forma da Lei 14.133/2021, ou conforme modelos dos anexos V, VI e VII do edital.

7.12 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

7.13 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 337-G do Código Penal, acrescido pelo art. 178, da Lei Federal 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

7.14 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

7.15 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.16 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei complementar n. 147 de 07 de agosto de 2014;

7.20 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

7.21 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

7.22 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

7.23 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

7.24 - Para certidões que não tenham, de forma explícita, o **prazo de validade**, será considerado o **prazo máximo de 90 (noventa) dias**, contados a partir de sua data de emissão.

8 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA AJUSTADA

8.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.2 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal; ou

8.2.1 – Proposta eletrônica nos moldes da plataforma LICITANET.

8.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins



de pagamento;

8.4 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

8.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante;

8.6 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 inciso II da Lei nº 14.133/2021);

8.7 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os menores; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os menores;

8.8 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

8.9 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema;

9.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência da intenção de recorrer. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

9.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

9.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

9.5.1 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.6 - A sessão pública poderá ser reaberta:

9.7 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

9.8 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

9.9 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

9.10 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

10 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
--

10.1 – O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Ponte exclusivamente por meio de crédito em conta bancária, que deverá ser informada na proposta ajustada da licitante.

10.2 – O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte, **em uma única parcela em até 30 dias após entrega e conferência do produto.** Para isso a Nota Fiscal/Fatura deverá conter o devido **“de acordo”** da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e/ou preposto por ela designado, a qual deverá ser protocolizada juntamente com o Certificado de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, Certificado de Regularidade do FGTS e Certificado de Regularidade de Débitos Trabalhistas, com vigência plena e, se for o caso do fornecedor possuir sede ou filial em Nova Ponte, a Certidão de Regularidade Municipal, emitida pelo Município de Nova Ponte.

10.2.1 - No ato do pagamento do serviço, do bem, mercadoria ou da obra, haverá retenção na fonte dos seguintes tributos, conforme o caso: **a) Imposto de Renda (IR)** – nos termos da legislação vigente à época, em especial a IN 1.234/2012 (alterada pela IN RFB 2.145/2023) **b) Contribuição Previdenciária (CP)** – nos termos da legislação vigente à época, em especial a IN RFB 2.110/2022 e; **c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)** – nos termos da legislação vigente à época, em especial o código tributário de Nova Ponte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

10.2.1.1 - A não retenção dos tributos relacionados só se dará dentro das hipóteses elencadas na lei e desde que atendido os requisitos e procedimentos necessários à dispensa da retenção.

10.2.2 - Não haverá retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS).

10.2.2.1 - Se no decorrer na contratação, o município firmar convênio com a RFB, aplica-se, no ato do pagamento, a retenção na fonte dos tributos supramencionados.

10.2.3 - Poderá incidir sobre o pagamento outras retenções decorrentes de alterações na lei.

10.3 – Será pago somente o objeto efetiva e comprovadamente entregue.

10.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus o licitante vencedor.

10.5 – A nota fiscal só será liberada quando o objeto estiver em total conformidade com as especificações.

10.6 – Ocorrendo atraso no pagamento, pelo Município de Nova Ponte o valor será corrigido monetariamente, pró-rata tempore pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

11 – DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

11.1 – Todo o objeto será inspecionado pelo Município de Nova Ponte, de acordo com as especificações solicitadas neste edital e no **item 4, subitem 4.3 do Termo de Referência** e o pagamento ficará vinculado à liberação do objeto, após verificação de sua conformidade.

11.2 - A entrega (**CIF**) dos tubos e conexões deverá ser realizada na sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situado na Av. Floriano Peixoto Praça dos Três Poderes, n.º 191, Bairro: São Francisco – Nova Ponte/MG, das 08:00h às 17:00h, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento do Termo Autorizativo emitido pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte.**

11.3 – O objeto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

11.3.1 - Compete à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e/ou preposto por ela designado: receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação.

11.3.2 – O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega, no local e endereço indicados no item 11.2 deste edital, para verificação de sua conformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

11.3.3 – A nota fiscal / fatura deverá ser entregue, obrigatoriamente, junto com o seu objeto.

11.4 – Somente será aceito e recebido definitivamente o objeto que atenda às especificações constantes deste edital e do Termo de Referência.

11.5 – Na ocorrência de atraso na entrega, a Prefeitura Municipal de Nova Ponte aplicará as penalidades previstas neste edital.

11.6 – Estando o objeto em desacordo com o estabelecido neste edital, o mesmo será recusado e devolvido às expensas da adjudicatária, devendo sua substituição ser realizada **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, sob pena de rescisão e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento.

11.7 - Na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente homologado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente homologado.

11.8 – Por ocasião da entrega, a licitante vencedora deverá colher no comprovante respectivo: a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral – matrícula, emitido pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte, do servidor responsável pelo recebimento.

11.8.1 – A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura implica apenas recebimento provisório.

12 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1 - Na hipótese de descumprimento das normas do Termo de Referência, do Edital e do Contrato ou da inexecução total ou parcial da prestação dos serviços nos termos do artigo 155 da lei 14.133/2021, a Contratante, garantido a apresentação de prévia defesa, aplicará à Contratada, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções previstas no artigo 156 da supracitada lei:

12.1.1 - Advertência;

12.1.1.1 – Será registrada advertência sempre que for constatada a irregularidade constante no inciso I do artigo 155 da lei 14.133/2021, qual seja “dar causa a inexecução parcial do contrato”, que tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

Fornecedores da Contratante;

12.1.2 - **Multa**, na seguinte forma:

12.1.2.1 - **de 0,5% (cinco décimos por cento)** por dia do valor total do Contrato, quando ocorrer atraso até o 10º (décimo) dia para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual;

12.1.2.2 - **de 1,0% (um por cento)** por dia do valor total do Contrato, quando ocorrer atraso do 11º (décimo primeiro) até o 20º (vigésimo) dia para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual;

12.1.2.3 - na hipótese da não assinatura no Contrato no prazo estabelecido no subitem 15.2 do edital e/ou descumprimento das exigências referentes às especificações, ou de quaisquer disposições do Termo de Referência, edital e contrato, bem assim, atraso superior a 20 (vinte) dias, para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual, a licitante vencedora ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

12.1.2.4 - O valor das multas a que se referem os subitens anteriores, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, será automaticamente deduzida do pagamento à Contratada;

12.1.2.5 - As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

12.1.3 – **Impedimento de Licitar e Contratar** com Município de Nova Ponte, por um prazo de até 03 (três) anos, quando ocorrer as hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021.

12.1.4 – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do certame ou da execução de seu serviço, não mantiver sua proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 035 de 03 de março de 2.023.

12.1.5 - **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º do artigo 156 da lei 14.133/2021, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração



Pública de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 03(três) anos e máximo de 06(seis) anos;**

12.1.6 - As sanções previstas nos subitens “12.1.1”, “12.1.1.1”, “12.1.3”, “12.1.4” e “12.1.5”, desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com o subitem “12.1.2”, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

13 - DA JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DO MERCADO

13.1 - O edital processo de licitação **pregão eletrônico** foi elaborado de forma ampla, em fase de pesquisa do mercado efetuado pela Seção de Compras desta Prefeitura verificado através do quadro comparativo de prévias. Neste contexto não se aplica os comandos da LC 123/2006 e 147/2014 para esse edital específico, com amparo no art. 49 incisos II e III da Lei Complementar nº. 123/2006, que não sofreu qualquer alteração.

13.2 - Diante da especialidade dos materiais, combinado ainda com o nicho mercadológico específico para a linha em questão, e ainda, combinado com fatores negativos na tentativa em adquirir junto a ME's e EPP's, entendemos como fundamental para o suprimento desta demanda de **ABRIR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO A TODO O MERCADO**, proporcionando com isso a garantia do **INTERESSE PÚBLICO** na abrangência competitiva, vantajosidade, eficiência e o devido suprimento a preços justos, respeitando com isso os demais norteadores e benefícios que a LLC e dispositivos reguladores concedem as ME'S e EPP'S.

14- DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Ponte para o exercício de 2026, nas dotações abaixo discriminadas:

74 – 02.005.000 17.512.0015 1.0108 44 90 51

14.2 – Valor estimado para licitação: **R\$ 951.194,33 (novecentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos).**

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observada as disposições contidas no Decreto Municipal 035 de 03 de março de 2023.

15.3 - O resultado do presente certame será divulgado no site www.licitanet.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

15.4 - Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

15.4.1 – O (a) pregoeiro (a) decidirá a impugnação apresentada, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4.2 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.5 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo (a) Pregoeiro (a).

15.6 - Integram o presente edital:

Anexo I – ETP (estudo técnico preliminar)

Anexo II - Termo de Referência.

Anexo III – Planilha Orçamentária Estimativa

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

Anexo VI - Modelo de Declaração Prevista no § 1º, Art. 63, L. 14.133/21.

Anexo VII - Declaração de Ciência do Edital e de Regularidade do Licitante

Anexo VIII – Declaração de Cadastro do Responsável pela Assinatura do Contrato

15.6 - Fica ressalvado ao Município de Nova Ponte, por despacho do Prefeito do Município de Nova Ponte, do qual se dará plena ciência aos licitantes, revogar ou anular a presente licitação, desde que observadas as disposições legais pertinentes (Súmulas nºs. 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal).

15.7 - Qualquer outro esclarecimento ulterior necessário será prestado junto ao Departamento Municipal de Licitações, de segunda à sexta-feira, no horário normal de expediente (das 08:00hs às 11:00hs e das 12:30hs às 17:00hs), ou pelos telefones: (0xx34) 3356-8000, ou pelo e-mail: "licitanp@novaponte.mg.gov.br".

15.8 - Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Nova Ponte – MG, 28 de maio de 2.026.

Gilmar Abadio de Rezende.
Pregoeiro.



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO Nº 057/2026.

EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 002/2026.

PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo tem por objeto analisar a contratação de empresa para o fornecimento tubos e conexões para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos destinados à execução, manutenção, ampliação e recuperação de sistemas de infraestrutura urbana e rural do município.

A aquisição se faz necessária em razão da utilização frequente desses materiais em serviços essenciais realizados pela Secretaria, tais como manutenção de redes de drenagem pluvial, sistemas de escoamento de águas, reparos em galerias, substituição de estruturas danificadas, extensão de redes em vias públicas, manutenção de estradas vicinais, obras de saneamento, além de intervenções preventivas e corretivas em espaços públicos.

A inexistência ou insuficiência de estoque desses materiais compromete a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar atrasos em manutenções emergenciais, agravamento de problemas estruturais, prejuízos à mobilidade urbana, riscos à segurança da população e aumento dos custos operacionais decorrentes de soluções paliativas.

Considerando a necessidade de assegurar a adequada conservação da infraestrutura pública municipal, bem como garantir maior eficiência, agilidade e economicidade na execução das atividades operacionais da Secretaria, torna-se indispensável a realização de procedimento licitatório para aquisição dos tubos e conexões, em quantitativos compatíveis com a demanda estimada para o período.

A contratação também visa proporcionar melhores condições de planejamento das ações da Secretaria, assegurando disponibilidade imediata de materiais para atendimento das demandas ordinárias e emergenciais, observando os princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa e interesse público.

3. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

4.1. Os bens a serem adquiridos são considerados comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Os materiais deverão atender às seguintes condições gerais:

a) Conformidade técnica: Todos os itens devem ser novos, de primeira linha, e atender às normas da ABNT aplicáveis com certificação de qualidade.

b) Variedade de itens: A contratação deverá contemplar diferentes diâmetros de tubos e modelos de conexões, compatíveis com os padrões utilizados.

c) Resistência e aplicação: Os materiais devem ser apropriados, com resistência química e mecânica compatível com a finalidade.

d) Prazo de entrega: O fornecimento deverá ocorrer dentro do prazo de quinze dias corridos.

e) Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado do município de Nova Ponte, com todas as despesas de frete/descarregamento por conta da CONTRATADA.

f) Garantia: Os itens deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme prazo estipulado pelo fabricante.

4.3. Não haverá exigência de garantia do contrato.

4.4. Não será admitida subcontratação do objeto.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para subsidiar a contratação de tubos e conexões, destinados ao atendimento da Secretaria municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Nova Ponte - MG, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar preços médios praticados, características técnicas dos materiais disponíveis e a capacidade de fornecimento por parte dos fornecedores. O levantamento foi conduzido por meio das seguintes ações:

5.1.1. Pesquisas junto a fornecedores do setor: Foram consultadas empresas especializadas no fornecimento de materiais hidráulicos e sanitários, com envio de solicitação de orçamentos.

5.1.2. Pesquisa de preços em painel para consulta de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais plataformas eletrônicas de licitação;

As informações obtidas permitiram estimar o custo médio por item, verificar a compatibilidade técnica com as redes existentes e assegurar a viabilidade da contratação dentro dos parâmetros legais e operacionais exigidos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

A solução proposta consiste na contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tubos e conexões para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão, tendo em vista que se trata de bens comuns, na forma eletrônica, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza continuada e da imprevisibilidade quantitativa da demanda, permitindo aquisições futuras e parceladas conforme a necessidade da Administração.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes, observando as especificações técnicas, quantitativos estimados e prazos definidos no Termo de Referência.

A solução contempla:

- fornecimento de tubos e conexões conforme especificações técnicas;
- entrega parcelada conforme demanda da Secretaria;
- garantia de qualidade e conformidade dos materiais com as normas técnicas aplicáveis;
- manutenção do estoque mínimo necessário para atendimento das demandas operacionais do Município;
- economicidade nas aquisições, por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando contratações conforme disponibilidade orçamentária e necessidade efetiva.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da impossibilidade de definição precisa do quantitativo a ser consumido durante o período de vigência da ata, bem como pela necessidade de contratações frequentes e parceladas, garantindo maior eficiência administrativa, planejamento das aquisições e otimização dos recursos públicos.

A solução escolhida atende ao interesse público, assegurando a continuidade dos serviços de infraestrutura e manutenção urbana executados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas para o Processo Licitatório é para 12 meses, sendo a Ata registrada para 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Ampla Participação/ Exclusivo/ Cota 25%
01	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA	BR	1.500	Ampla Participação



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

	ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.			
02	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%
03	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.125	Ampla Participação
04	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	375	Cota 25%
05	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação
06	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%
07	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 75 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo
08	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 85 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo
09	TÊ REDUÇÃO PVC JE BBB PN10 – 100x75MM	UN	20	Exclusivo
10	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 75MM	UN	10	Exclusivo
11	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBB – 75x50MM	UN	30	Exclusivo
12	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
13	REDUÇÃO PVC JE BB PN10 – 75x50MM	UN	20	Exclusivo
14	TÊ PVC JE BBB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
15	CURVA 90° PVC JE BB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo
16	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo
17	CURVA 22° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	50	Exclusivo
18	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
19	CURVA 11° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
20	VÁLVULA DE DESCARGA PN10 – 50MM	UN	20	Exclusivo
21	TÊ PVC JE BPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
22	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
23	REGISTRO PVC BB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
24	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
25	REDUÇÃO PVC JE PB PN10 – 85x60MM	UN	30	Exclusivo
26	REGISTRO PVC BB PN10 – 60MM	UN	35	Exclusivo
27	TÊ REDUÇÃO DE PVC JE BPP PN10 – 85x60MM	UN	35	Exclusivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

28	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo
29	CAP'S PVC DE JE PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo
30	TÊ PVC JE BPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo
31	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo
32	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para estimar o valor total da contratação, foi realizada pesquisa de preços baseada no art. 23 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Considerados os preços dos materiais a serem adquiridos, multiplicando pelo quantitativo estabelecido, o valor orçado para a contratação, é de: R\$ 951.194,33 (novecentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos) que corresponde à média dos preços pesquisados, conforme consta na Planilha de Composição de Preços constante desse Processo Administrativo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A divisibilidade é pressuposta técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante. Não há risco de desinteresse por eventuais licitantes em fornecer os itens de menor valor, face vasto número de possíveis proponentes disponíveis no mercado local e regional.

9.1.2. O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução e permita ampla participação de licitantes. Neste contexto, entende-se que a presente licitação deverá ser organizada por itens individuais de modo que seja ampliado a fase de disputa entre os licitantes.

9.1.3. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar estão previstas no Orçamento Anual 2026 sendo devidamente canceladas autorizadas pela autoridade competente em momento oportuno na configuração processual. Trata-se de uma contratação fundamental para o cumprimento das obrigações institucionais. Até a presente data o Município de Nova Ponte não estabeleceu Plano de Contratações Anuais (PCA) para indicação com o mesmo.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO



11.1. A aquisição de tubos e conexões, tem como finalidade atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados pelo município. Com a execução da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

11.1.1. Melhoria na eficiência operacional, com a pronta disponibilidade de materiais adequados.

11.1.2. Padronização e qualidade das instalações, com o uso de materiais certificados e compatíveis com as redes existentes, reduzindo a ocorrência de falhas e retrabalhos nas intervenções.

11.1.3. Otimização da gestão de estoques, com a reposição programada de materiais com base em consumo histórico e demanda projetada, evitando a falta ou o excesso de itens no almoxarifado.

11.1.4. Atendimento às normas e regulamentações técnicas, garantindo que os materiais utilizados estejam de acordo com os padrões exigidos pelas normas da ABNT e boas práticas do setor de saneamento.

11.1.5. Maior controle de custos e eficiência na aplicação dos recursos públicos, por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária.

Em síntese, a contratação permitirá a continuidade dos serviços essenciais, promovendo melhorias operacionais, com reflexos positivos diretos na qualidade de vida da população do município de Nova Ponte.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Não se vislumbram necessidades de adequações aos ambientes para a contratação a que se refere este Estudo Técnico Preliminar.

12.2. Também não haverá necessidade de capacitação do fiscal e gestor que serão nomeados neste processo, pois serão escolhidos dentre aqueles que possuem conhecimento e habilidades para exercerem tais funções.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os possíveis impactos ambientais que a aquisição de tubos e conexões pode gerar, são:

- Acúmulo de resíduos;
- Destinação inadequada;
- Contaminação do solo e cursos d'água.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

Para mitigar os impactos ambientais decorrentes da aquisição, o município deve adotar as seguintes medidas:

- Exigir correta destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Incentivar reutilização de sobras em pequenos reparos;
- Implementar segregação e armazenamento adequado dos resíduos;
- Encaminhar resíduos recicláveis para cooperativas ou empresas licenciadas.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa para o fornecimento de tubos e conexões, visando assim atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.

O estudo preliminar evidencia que a contratação pretendida mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Nova Ponte/MG, 19 de maio de 2026.

José Ricardo Ferreira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO Nº 057/2026.

EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 002/2026.

PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para a aquisição de tubos e conexões, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos no Estudos Técnico Preliminar.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1. Os produtos contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

3. LEGISLAÇÃO BÁSICA

3.1. O procedimento de contratação e execução deverá observar as diretrizes previstas nos seguintes dispositivos normativos: - Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública e normas especial, do Decreto Municipal nº 232/2014 (Registro de Preços), Decreto municipal n. 018/2024, no que não conflitem com a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

4. OBJETO

4.1. Constitui objeto, o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tubos e conexões para atender as necessidades do município de Nova Ponte, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas neste Termo de Referência.

4.2. A licitação será dividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, observando a seguinte forma:

4.2.1. **AMPLA PARTICIPAÇÃO:** destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do Art. 48, inciso III da Lei 123/2006 e conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Processo 1192129 Denúncia)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

4.2.2. **EXCLUSIVO:** destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, sem prejuízo da sua participação na ampla participação, nos termos do Art. 48, incisos I e III da Lei 123/2006.

4.2.3. **COTA RESERVADA:** Para os itens da ampla participação, contempla-se cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto (anexo I do edital), conforme art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006, destinado à participação exclusiva das ME, EPP e equiparados, sem prejuízo de sua participação nos itens principais.

4.2.3. Considera-se não vantajosa a contratação com ME, EPP ou equiparados quando o preço ofertado para a cota reservada se apresentar superior ao valor estabelecido como referência ou for mais de 10% (dez por cento) superior ao menor preço final para a cota de ampla concorrência, conforme art. 48, §3º, da Lei Complementar 123/06.

4.2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e o Decreto Municipal 014 de 02 de janeiro de 2025, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, conforme for possível ou não sua participação na licitação.

4.3. Da especificação do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Ampla Participação/ Exclusivo/ Cota 25%
01	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação
02	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%
03	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.125	Ampla Participação
04	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	375	Cota 25%
05	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

06	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%
07	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 75 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo
08	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 85 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo
09	TÊ REDUÇÃO PVC JE BBB PN10 – 100x75MM	UN	20	Exclusivo
10	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 75MM	UN	10	Exclusivo
11	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBB – 75x50MM	UN	30	Exclusivo
12	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
13	REDUÇÃO PVC JE BB PN10 – 75x50MM	UN	20	Exclusivo
14	TÊ PVC JE BBB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
15	CURVA 90° PVC JE BB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo
16	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo
17	CURVA 22° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	50	Exclusivo
18	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
19	CURVA 11° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo
20	VÁLVULA DE DESCARGA PN10 – 50MM	UN	20	Exclusivo
21	TÊ PVC JE BPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
22	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
23	REGISTRO PVC BB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
24	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo
25	REDUÇÃO PVC JE PB PN10 – 85x60MM	UN	30	Exclusivo
26	REGISTRO PVC BB PN10 – 60MM	UN	35	Exclusivo
27	TÊ REDUÇÃO DE PVC JE BPP PN10 – 85x60MM	UN	35	Exclusivo
28	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo
29	CAP'S PVC DE JE PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo
30	TÊ PVC JE BPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo
31	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo
32	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo

5. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de tubos e conexões destinados à manutenção, ampliação e execução de serviços de infraestrutura urbana e rural realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

A aquisição dos materiais se faz necessária em para o atendimento às necessidades operacionais das equipes responsáveis pela execução de obras públicas e serviços essenciais à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

Ressalta-se que os tubos e conexões são insumos indispensáveis para a adequada execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria, permitindo a realização de reparos, substituições de estruturas danificadas, ampliações de redes e implantação de novos sistemas, garantindo maior eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos.

6. DA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. Os preços verificados aparentemente constituem valores adequados aos praticados no mercado, notadamente considerando-se a pesquisa de preço realizada que foram pesquisados preços por meio de contratações similares feita pela Administração Pública e, também, pesquisa direta com fornecedores do mesmo ramo de atividade do objeto a ser contratado, conforme demonstrado na Planilha de Composição de Preços constante desse Processo Administrativo;

7. ESTIMATIVA DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Para a contratação do objeto descrito no item 4, suíte 4.2 deste Termo de Referência, a Prefeitura Municipal de Nova Ponte estima o VALOR MÁXIMO de R\$ 951.194,33 (novecentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos, que corresponde à média dos preços pesquisados, conforme consta na Planilha de Composição de Preços constante desse Processo Administrativo e, inclusive com base nos preços que a Administração vem contratando ao longo dos anos.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Ampla Participação/ Exclusivo/ Cota 25%	Preço Unit.	Total
01	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação	R\$ 281,07	R\$ 421.605,00
02	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%	R\$ 281,07	R\$ 140.535,00
03	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.125	Ampla Participação	R\$ 67,96	R\$ 76.455,00
04	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA	BR	375	Cota 25%	R\$ 67,96	R\$ 25.485,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG**

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

	FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.					
05	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação	R\$ 92,48	R\$ 138.720,00
06	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%	R\$ 92,48	R\$ 46.240,00
07	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 75 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo	R\$ 143,50	R\$ 7.175,00
08	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 85 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo	R\$ 184,85	R\$ 9.242,50
09	TÊ REDUÇÃO PVC JE BBB PN10 – 100x75MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 161,74	R\$ 3.234,80
10	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 75MM	UN	10	Exclusivo	R\$ 578,38	R\$ 5.783,80
11	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBB – 75x50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 155,03	R\$ 4.650,90
12	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 419,92	R\$ 12.597,60
13	REDUÇÃO PVC JE BB PN10 – 75x50MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 36,32	R\$ 726,40
14	TÊ PVC JE BBB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 25,92	R\$ 777,60
15	CURVA 90° PVC JE BB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 41,48	R\$ 1.451,80
16	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 41,48	R\$ 1.451,80
17	CURVA 22° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 48,05	R\$ 2.402,50
18	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 30,79	R\$ 923,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

19	CURVA 11° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 45,14	R\$ 1.354,20
20	VÁLVULA DE DESCARGA PN10 – 50MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 251,10	R\$ 5.022,00
21	TÊ PVC JE BPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 109,77	R\$ 3.293,10
22	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 105,14	R\$ 3.154,20
23	REGISTRO PVC BB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 129,60	R\$ 3.888,00
24	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 198,57	R\$ 5.957,10
25	REDUÇÃO PVC JE PB PN10 – 85x60MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 49,39	R\$ 1.481,70
26	REGISTRO PVC BB PN10 – 60MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 54,03	R\$ 1.891,05
27	TÊ REDUÇÃO DE PVC JE BPP PN10 – 85x60MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 125,64	R\$ 4.397,40
28	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 45,99	R\$ 4.599,00
29	CAP'S PVC DE JE PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 17,66	R\$ 883,00
30	TÊ PVC JE BPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 44,59	R\$ 4.459,00
31	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 40,42	R\$ 2.021,00
32	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 93,15	R\$ 9.315,00

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, bem como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.3. O valor supracitado corresponde ao valor máximo a ser pago, de forma que os interessados poderão oferecer propostas contendo valores inferiores, sagrando se vencedor aquele que ofertar o menor preço para a execução do objeto nos moldes constante do presente Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, ou seja, será vencedora do certame a empresa que ofertar a proposta de menor preço para cada item do objeto licitado, sem prejuízo do exame de sua exequibilidade.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Ponte para o exercício de 2026, nas dotações abaixo discriminadas:

74 – 02.005.000 17.512.0015 1.0108 44 90 51

11. DO PRAZO DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133/2021.

11.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado, justificadamente, desde que comprovado o preço vantajoso.

12. FORMA DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

12.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Compras ou pedido de empenho, de segunda-feira a sexta-feira.

12.2. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Av. Floriano Peixoto, nº 191, Centro, das 8h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

12.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados do dia do recebimento dos produtos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.4. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

12.5. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

12.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.7. Os bens serão recebidos definitivamente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, conforme definido no contrato. (§ 3º, art. 140, L. 14.133/2021), após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.9. A carga será por conta da Contratada e descarga por conta da contratante, sem ônus de frete para contratante.

12.10. Não serão recebidos os materiais que não estejam de acordo com as especificações deste Termo.

12.11. Os produtos entregues deverão ser rigorosamente aqueles descritos na ordem de fornecimento ou na nota de empenho, sendo que na hipótese de entrega de produto diverso, o pagamento ficará em sua totalidade suspenso até a respectiva regularização.

12.12. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura devidamente formalizada;

13.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.4. No caso de atraso no pagamento superior a 10 (dez) dias pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do INPC;

13.5. A emissão da nota fiscal ou fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

13.6. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

13.9. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

13.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, e independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da apresentação da proposta;

14.2. O índice de reajustamento de preços adotado pelo Município é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade e terá data-base vinculada à data do orçamento estimado. (§ 7º, do art. 25, L. 14.133/21)

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), ou promovendo-se a sua redução, se a variação do índice for negativa quando deduzirá no próximo pagamento o valor excedente que foi pago;

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

14.8. O reajuste será realizado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.



15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da CONTRATANTE: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos e o Termo de Referência;

15.2. Prestar ao contratado os esclarecimentos necessários à execução do objeto constante do contrato e do Termo de Referência;

15.3. Indicar o responsável pela gestão e fiscalização do contrato;

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado, notificando-a por escrito (e-mail, WhatsApp, telegram ou qualquer outro meio que se possa rastrear) sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento ou prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas do contratado;

15.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

15.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no contrato e no Termo de Referência;

15.7. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

15.8. Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

15.9. Modificar unilateralmente as condições previstas neste contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

15.10. Extinguir o contrato de forma unilateral, por escrito, precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo administrativo de contratação, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021;

15.11. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato. Considera-se inexecução total a não retirada do contrato ou a recusa de sua assinatura.

15.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Nova Ponte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

15.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



15.14. Permitir, sempre que necessário, o livre acesso dos funcionários do contratado, devidamente identificados, em suas dependências, para fins de entrega dos produtos contratados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Cumprir todas as obrigações constantes do contrato e seus anexos e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2. Manter preposto aceito pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte no local de entrega dos produtos para representá-lo na execução do contrato;

16.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto do contratado poderá ser recusada pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte, desde que devidamente justificada, devendo o contratado designar outro para o exercício da atividade.

16.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

16.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato e do Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

16.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Prefeitura Municipal de Nova Ponte ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital ou no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos produtos, os seguintes documentos:

- a) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

16.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no ato da entrega dos produtos;

16.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

16.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.11. Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

16.12. Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), cuidando para que não haja vazamento dos dados pessoais sob sua guarda, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa;

16.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

16.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos supracitados não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, tão pouco onera o objeto deste contrato.

16.16. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, temperatura, modelo, procedência e prazo de validade;

16.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo, por exemplo, com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.18. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste edital, o objeto com avarias ou defeitos;

16.19. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

16.20. A empresa Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos de acordo com as especificações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, podendo ser da seguinte forma:

- a) Entregar os produtos no prazo máximo de 15 dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Compras ou pedido de empenho;
- b) Entrega Programada, de acordo com as datas especificadas no ato da Autorização de Compras ou Pedido de empenho.
- c) Não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia aceita pelo município.

16.21. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Av. Floriano Peixoto, nº 191, Centro, das 8h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.

16.22. Os produtos deverão ser entregues ainda dentro das seguintes especificações:

- a) Acompanhados de documento fiscal onde haja a descrição completa do produto, como nome, quantidade, lote, validade, valor unitário, valor total e número de requisição/pedido emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- b) No documento fiscal deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de cada produto entregue. Deverá conter ainda a marca comercial do produto referenciado, bem como o nome da empresa fabricante.
- c) O prazo de validade dos produtos deverá ser igual ou superior a 75% de sua validade total, contados a partir da data de fabricação, sendo que validades inferiores somente serão aceitas com prévia ciência e concordância da municipalidade e acompanhada de carta de comprometimento de troca no ato da entrega.
- d) Os produtos deverão ser entregues em perfeito estado de uso, sem sinais de violação, sem aderência ao produto.
- e) Caso o fabricante ou produto venha a ser interditado, ou o produto tenha seu registro cancelado, ou a fabricação descontinuada, durante a vigência da ata de registro de preços, e apenas nestes casos, a empresa vencedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição, devendo previamente protocolar, a proposta acompanhada da documentação, para obter autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para o produto, sem custo adicional para a municipalidade.
- f) Os itens que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados, sem custo para a municipalidade.
- g) A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos se reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues fora das especificações do Termo de Referência.
- h) As empresas que receberem comunicado para substituição de produtos por apresentarem problemas técnicos/defeitos ou por não respeitarem as condições supracitadas, deverão providenciar a reposição dos produtos dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da comunicação da ocorrência, sob pena de caracterizar descumprimento parcial do contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As partes deverão cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei nº 13.709/2018;

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei nº 13.709/2018, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei nº 13.709/2018, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709/2018;

18.7. O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados quando admitido expressamente pelo Contratante, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento da proteção de dados pessoais, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

18.9. O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei nº 13.709/2018, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

18.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da Lei nº 13.709/2018), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

18.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na Lei nº 13.709/2018.

18.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional



de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei nº 13.709/2018;

18.13. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à Autoridade Nacional.

19. MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

19.3. As comunicações entre a Prefeitura Municipal de Nova Ponte e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail, WhatsApp, telegram, entre outros) para esse fim a qual valerá como prova do ato, para todos os efeitos legais; É dever do licitante e/ou contratado informar a mudança de endereço eletrônico, sob pena de ter-se por ciente dos atos remetidos para o endereço anterior.

19.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

19.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura Municipal de Nova Ponte poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

19.6. Não obstante o fato do contratado ser única e exclusiva responsável pela execução do objeto deste contrato, a Prefeitura Municipal de Nova Ponte, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa gestão e fiscalização na sua execução, solicitando ao contratado, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados;

19.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

19.8. Compete ao FISCAL do contrato:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Prefeitura Municipal de Nova Ponte, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- k) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- l) verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- m) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicar o gestor do contrato e o Secretário Municipal de Governo;
- n) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

19.9. Ao GESTOR do contrato compete:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos devidos;

f) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal do contrato;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento; i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

19.10. A ação ou omissão total ou parcial da gestão e fiscalização não eximirá o contratado de total responsabilidade de executar o fornecimento estabelecido neste Termo de Referência;

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ponte, estado do Minas Gerais, para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste ajuste.

Nova Ponte – MG, 22 de maio de 2026.

José Ricardo Ferreira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

Consideram-se como referência para o julgamento do (a) Pregoeiro (a) os preços abaixo indicados, eis que representam os preços vigentes no mercado consumidor segundo levantamento da Seção de Compras da Prefeitura Municipal de Nova Ponte.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Ampla Participação/ Exclusivo/ Cota 25%	Preço Unit.	Total
01	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação	R\$ 281,07	R\$ 421.605,00
02	TUBO COLETOR LISO PBV DE PVC OCRE PARA ESGOTO COM SISTEMA JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 150MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%	R\$ 281,07	R\$ 140.535,00
03	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.125	Ampla Participação	R\$ 67,96	R\$ 76.455,00
04	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 50 MM) BARRA COM 6 M.	BR	375	Cota 25%	R\$ 67,96	R\$ 25.485,00
05	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	1.500	Ampla Participação	R\$ 92,48	R\$ 138.720,00
06	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 60 MM) BARRA COM 6 M.	BR	500	Cota 25%	R\$ 92,48	R\$ 46.240,00
07	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA	BR	50	Exclusivo	R\$ 143,50	R\$ 7.175,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG**

PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000

licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

	SEÇÃO: 75 MM) BARRA COM 6 M.					
08	TUBO SOLDÁVEL DE PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA (DIÂMETRO DA SEÇÃO: 85 MM) BARRA COM 6 M.	BR	50	Exclusivo	R\$ 184,85	R\$ 9.242,50
09	TÊ REDUÇÃO PVC JE BBB PN10 – 100x75MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 161,74	R\$ 3.234,80
10	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 75MM	UN	10	Exclusivo	R\$ 578,38	R\$ 5.783,80
11	CRUZETA REDUÇÃO PVC JE BBB – 75x50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 155,03	R\$ 4.650,90
12	VÁLVULA DE GAVETA CUNHA DE BORRACHA CORPO CURTO PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 419,92	R\$ 12.597,60
13	REDUÇÃO PVC JE BB PN10 – 75x50MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 36,32	R\$ 726,40
14	TÊ PVC JE BBB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 25,92	R\$ 777,60
15	CURVA 90° PVC JE BB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 41,48	R\$ 1.451,80
16	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 41,48	R\$ 1.451,80
17	CURVA 22° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 48,05	R\$ 2.402,50
18	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 30,79	R\$ 923,70
19	CURVA 11° PVC JE PB PN10 – 50MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 45,14	R\$ 1.354,20
20	VÁLVULA DE DESCARGA PN10 – 50MM	UN	20	Exclusivo	R\$ 251,10	R\$ 5.022,00
21	TÊ PVC JE BPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 109,77	R\$ 3.293,10
22	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 105,14	R\$ 3.154,20
23	REGISTRO PVC BB PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 129,60	R\$ 3.888,00
24	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 85MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 198,57	R\$ 5.957,10
25	REDUÇÃO PVC JE PB PN10 – 85x60MM	UN	30	Exclusivo	R\$ 49,39	R\$ 1.481,70
26	REGISTRO PVC BB PN10 – 60MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 54,03	R\$ 1.891,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

27	TÊ REDUÇÃO DE PVC JE BPP PN10 – 85x60MM	UN	35	Exclusivo	R\$ 125,64	R\$ 4.397,40
28	CURVA 90° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 45,99	R\$ 4.599,00
29	CAP'S PVC DE JE PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 17,66	R\$ 883,00
30	TÊ PVC JE BPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 44,59	R\$ 4.459,00
31	CURVA 45° PVC JE PB PN10 – 60MM	UN	50	Exclusivo	R\$ 40,42	R\$ 2.021,00
32	CRUZETA PVC JE BPPP PN10 – 60MM	UN	100	Exclusivo	R\$ 93,15	R\$ 9.315,00

Nova Ponte/MG, 28 de maio de 2026.

Robson Márcio de Moraes
Setor de Compras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 057/2026.
EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 002/2026.
PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Preâmbulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE/MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º ____ 2026

O Município de Nova Ponte /MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.159.905/0001-74, sediada à Praça dos Três Poderes, nº 1001, Bairro: Centro, CEP: 38.160-000 Nova Ponte /MG, neste instrumento representada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. José Ricardo Ferreira, brasileiro, casado, inscrito no CPF n...., Gestor da Ata de Registro de Preços, RESOLVEM registrar os preços da empresa, neste ato, representada por (nome e cargo do responsável), de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 018, de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição parcelada de tubos e conexões, para atender as necessidades do Município de Nova Ponte, especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES) E PARTICIPANTE(S)



3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Nova Ponte /MG.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA SRP.

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será, preferencialmente, assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:



5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de



contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7. 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante a devida justificativa do fornecedor.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA SRP

8.1. Não se aplica.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto federal nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Nova Ponte – MG, de de 2026.

Município de Nova Ponte
Contratante

.....
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

EMPRESA DETENTORA DA ATA

XXXXXXXXXXXXXX

Responsável Legal.



ANEXO V
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 057/2026.
EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICO Nº 002/2026.
PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A PREFEITURA DE NOVA PONTE /MG E A
EMPRESA.....

A Prefeitura Municipal de Nova Ponte/MG, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 1001, Bairro: Centro, CEP: 38.160-000, Nova Ponte /MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.159.905/0001-74, neste ato representado pela Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. José Ricardo Ferreira, brasileiro, inscrita no CPF n. , nomeado em de de pela Portaria, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº/..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal 018 de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/....., homologado em/..... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente, a contratação de pessoa jurídica, para fornecimento parcelado de tubos e conexões para atender as necessidades do município de Nova Ponte, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (ANEXO II), parte integrante deste contrato.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar;



- 1.3.2. O Termo de Referência;
- 1.3.3. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta do contratado;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é a partir de sua assinatura expirando-se em/...../....., podendo ser prorrogado a critério da administração na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Entregar os produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Compras ou pedido de empenho.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Av. Floriano Peixoto, nº 191, Centro, das 8h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.

3.4. A carga será por conta da Contratada e descarga por conta da contratante, sem ônus de frete para contratante.

Garantia, manutenção e assistência técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

3.5. A entrega dos produtos solicitados deverá acontecer em transportes adequados, garantindo a eficácia destes, dentro dos prazos acordados e a empresa deverá prestar assistência técnica em caso de problemas durante o transporte.

Modelo de gestão do contrato

3.6. Ficará designado como gestor do contrato, o Sr. José Ricardo Ferreira.

3.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.12. Ficará designado como fiscal do contrato, o Sr. Wander Nunes Barroso Filho:

3.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.14. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.14.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que



for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

3.14.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.14.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.14.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.14.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.14.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.14.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

3.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxonormal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



3.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O preços dos produtos ficam assim definidos:



Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

Prazo de pagamento

6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura devidamente formalizada;

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC.

Forma de pagamento

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou pix, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou pix para pagamento.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

6.7. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE



7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da apresentação da proposta;

7.2. O índice de reajustamento de preços adotado pelo Município é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE), para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade e terá data-base vinculada à data do orçamento estimado. (§ 7º, do art. 25, L. 14.133/21)

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), ou promovendo-se a sua redução, se a variação do índice for negativa quando deduzirá no próximo pagamento o valor excedente que foi pago;

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.8. O reajuste será realizado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos e o Termo de Referência;

8.2. Prestar ao contratado os esclarecimentos necessários à execução do objeto constante do contrato e do Termo de Referência;

8.3. Indicar o responsável pela gestão e fiscalização do contrato;



8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado, notificando-a por escrito (e-mail, WhatsApp, telegram ou qualquer outro meio que se possa rastrear) sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento ou prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas do contratado;

8.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no contrato e no Termo de Referência;

8.7. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

8.8. Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado;

8.9. Modificar unilateralmente as condições previstas neste contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

8.10. Extinguir o contrato de forma unilateral, por escrito, precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo administrativo de contratação, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021;

8.11. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Nova Ponte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.14. Permitir, sempre que necessário, o livre acesso dos funcionários do contratado, devidamente identificados, em suas dependências, para fins de entrega dos produtos contratados;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes do contrato e seus anexos e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte no local de entrega dos produtos para representá-lo na execução do contrato;

a) A indicação ou a manutenção do preposto do contratado poderá ser recusada pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte, desde que devidamente justificada, devendo o contratado designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato e do Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Prefeitura Municipal de Nova Ponte ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital ou no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos produtos, os seguintes documentos:

- a) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

9.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no ato da entrega dos produtos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.11. Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

9.12. Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), cuidando para que não haja vazamento dos dados pessoais sob sua guarda, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa;

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos supracitados não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, tão pouco onera o objeto deste contrato.

9.16. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, temperatura, modelo, procedência e prazo de validade;

9.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo, por exemplo, com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.18. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.19. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.20. A empresa Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos de acordo com as especificações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, podendo ser da seguinte forma:



- a) Entregar os produtos no prazo máximo de 15 dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Compras ou pedido de empenho;
- b) Entrega Programada, de acordo com as datas especificadas no ato da Autorização de Compras ou Pedido de empenho.
- c) Não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia aceita pelo município.

9.21. Os produtos deverão ser entregues ainda dentro das seguintes especificações:

- a) Acompanhados de documento fiscal onde haja a descrição completa do produto, como nome, quantidade, lote, validade, valor unitário, valor total e número de requisição/pedido emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- b) No documento fiscal deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de cada produto entregue. Deverá conter ainda a marca comercial do produto referenciado, bem como o nome da empresa fabricante.
- c) O prazo de validade dos produtos deverá ser igual ou superior a 75% de sua validade total, contados a partir da data de fabricação, sendo que validades inferiores somente serão aceitas com prévia ciência e concordância da municipalidade e acompanhada de carta de comprometimento de troca no ato da entrega.
- d) Os produtos deverão ser entregues em perfeito estado de uso, sem sinais de violação, sem aderência ao produto.
- e) Caso o fabricante ou produto venha a ser interditado, ou o produto tenha seu registro cancelado, ou a fabricação descontinuada, durante a vigência da ata de registro de preços, e apenas nestes casos, a empresa vencedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição, devendo previamente protocolar, a proposta acompanhada da documentação, para obter autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para o produto, sem custo adicional para a municipalidade.
- f) Os itens que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados, sem custo para a municipalidade.
- g) A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos se reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues fora das especificações do Termo de Referência.
- h) As empresas que receberem comunicado para substituição de produtos por apresentarem problemas técnicos/defeitos ou por não respeitarem as condições supracitadas, deverão providenciar a reposição dos produtos dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da comunicação da ocorrência, sob pena de caracterizar descumprimento parcial do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública;



10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD);

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.5. Não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;

12.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

12.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto ensejará multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente, que será deduzida dos pagamentos que lhe forem devidos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme determina o Art. nº 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Na inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do Art. nº 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

12.3.1. Advertência por escrito;

12.3.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 1,0% (um por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, podendo ser aplicado o Art. nº 156, § 8º da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Ponte - MG, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, que será precedida de análise jurídica e observará as regras previstas no § 6º, do art. 156, da Lei n. 14.133/2021 e sua aplicação será de competência da Secretária Municipal demandante da licitação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a- Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b- Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Ponte para o exercício de 2026, nas dotações abaixo discriminadas:

74 – 02.005.000 17.512.0015 1.0108 44 90 51

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE – MG
PRAÇA DOS TRÊS PODERES – NOVA PONTE – MG(34) 3356-8000
licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões unilaterais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Nova Ponte/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Nova Ponte /MG, de de

Município de Nova Ponte /MG.
Contratante.

.....
Secretária Municipal de

EMPRESA CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXX
Responsável Legal.

Testemunhas:

.....

CPF:

.....

CPF:



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PREVISTA NO § 1º, ART. 63, L. 14.133/21.

DECLARAMOS PARA OS FINS do disposto no § 1º, do art. 63, da Lei n. 14.133/2021 que a nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até esta data.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

_____, ____ de ____ de ____.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL E DE REGULARIDADE DO LICITANTE

Observação: a declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

Declaração

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, participante do **Pregão Eletrônico nº 002/2026 – Processo nº 057/2026, DECLARA**, sob as penas da Lei:

- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme §§ 4º e 5º do Art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019;

- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme legislação vigente pertinente ao seu ramo de atividade;

- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;

- que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

- que compromete a manter, até a execução total do objeto, compatibilidade com as obrigações por mim assumidas, com todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos, qualificação técnica e econômico-financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)



ANEXO VIII

MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Observação: o documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.

Cadastro do Responsável pela Assinatura do Contrato Pregão Eletrônico nº 002/2026 – Processo nº 057/2026

Objeto: Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tubos e conexões, para atender as necessidades do município de Nova Ponte, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas nos Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (ANEXO I e ANEXO II), parte integrante deste edital.

Contratante: Município de Nova Ponte – MG.

Empresa:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF:

Data de Nascimento:

Endereço Residencial Completo:

Endereço Comercial Completo: Telefones/DDD:

E-mail Institucional:

E-mail Pessoal:
